

Síntese e principais conclusões sobre o workshop: “A verdadeira participação é uma condição para a real inserção social”

Encontro Distrital de Pessoas em Situação de Pobreza
Núcleo Distrital de Vila Real da REAPN
22 Maio 2009

Desde logo, cabe ressaltar a heterogeneidade representada na composição do painel de participantes. Não obstante tratar-se exclusivamente de mulheres, esteve-se perante pessoas oriundas de contextos urbanos e rurais, apresentando diferentes níveis de literacia e níveis de escolaridade, diferentes estruturas familiares e situações conjugais.

A sessão da manhã assentou numa dinâmica de diálogo entre o facilitador, Óscar Bernades, e o painel de nove convidadas (mulheres que vivem presentemente no que pode ser considerado como condição de pobreza), auscultando-as sobre as perspectivas que projectam em torno das medidas e programas de ajuda, seja directamente da parte do Estado, seja de estruturas de poder local ou IPSS's. Esta dinâmica pautou-se por uma conversação em registo informal, proporcionado a participação franca e espontânea das convidadas. Deste modo, e sob a moderação de Óscar Bernardes, as mulheres partilharam e exprimiram as dificuldades que sentem ser mais constrangedoras dos seus quotidianos familiares, expuseram e discutiram os níveis de satisfação relativamente aos mais variados serviços de apoio social, de saúde e educativo.

Durante a manhã, a dinâmica assentou em três grandes eixos: 1) representações pessoais e colectivas do painel sobre as principais dimensões que sustentam o apoio social: saúde, municípios e juntas, segurança social; 2) o grau de conhecimento das medidas de apoio social existentes; 3) a identificação dos principais problemas pessoais e percepções em torno da

capacidade de resposta existente, assim como os níveis de capacitação individual para ultrapassar as dificuldades.

No que respeita às representações em torno das respostas dos serviços de saúde, em primeiro lugar, há que destacar a disparidade das opiniões, havendo quem tenha muitas queixas dos centros de saúde e hospitais e quem se sinta bem servida. Não obstante esta diferença, as queixas mais ouvidas reportam à demora na marcação de consultas nos centros de saúde, à falta de médicos de família e dificuldade (senão mesmo impossibilidade) de mudar de médico, e, uma observação quase unânime, a extrema dificuldade em convencer os médicos a prescrever medicação genérica menos onerosa para os poucos orçamentos familiares. Para cerca de metade das participantes, as dificuldades de relacionamento com alguns dos profissionais de saúde, em particular os respectivos médicos de família, leva-as a recorrer aos serviços de saúde apenas em casos de necessidade, afastando-se de uma medicina preventiva e das consultas de rotina. Apesar da insatisfação face aos serviços médicos dependentes do Serviço Nacional de Saúde, constatou-se uma clara renitência em recorrer ao livro de reclamações, preferindo estratégias que passam pela negociação de acordos com os profissionais ou pela resignação (sobre este assunto, o discurso das participantes mostrou a ideia de que o livro de reclamações não é solução, podendo mesmo agravar o problema). Outra ideia meritória de destaque reporta à percepção de que o sistema de cuidados de saúde não funciona de forma uniformizada em todo o território nacional, havendo perda de qualidade no serviço quando se muda de distrito. Esta impressão foi partilhada por uma participante que, ao transferir a residência da família de Lisboa para o distrito de Vila Real, se viu a braços com a perda de um conjunto importante de apoios e benefícios a filhos com dificuldades de aprendizagem e deficiência. Este aspecto releva um conjunto de leituras que não convém negligenciar e que respeitam à universalidade dos serviços de saúde e igualdade dos cidadãos face aos serviços do Estado, pondo em destaque as fragilidades da coesão territorial do país.

A propósito das representações à volta dos apoios proporcionados pelas estruturas de poder local, as Juntas de Freguesia e as Câmaras Municipais,

ficou clara a percepção por parte das participantes de que existe um tratamento diferenciado dos munícipes pelas entidades camarárias e juntas de freguesia e que os conhecimentos pessoais são fundamentais para aceder ao poder local. Neste quadro, transpareceu o sentimento de existirem situações de injustiça na distribuição da ajuda, sendo a desconfiança face aos detentores do poder local quase unânime. Notou-se que o conhecimento acerca das possibilidades de ajuda oferecidas pelos municípios não é comungado por todas, ressaltando a oportunidade que o evento deu para a partilha de conhecimentos sobre o leque de medidas disponibilizadas pelas Câmaras Municipais.

Quando se discutiu a relação com a Segurança Social, desde logo ficou clara uma impressão geral favorável à forma como os seus técnicos vinham intervindo. As participantes convergiram no reconhecimento do zelo com que os técnicos da Segurança Social as apoiavam, acompanhando-as constantemente, sentindo-os presentes, próximos e interessados.

Quando inquiridas sobre o leque de medidas de apoio que conheciam, as respostas das participantes coincidiu com as de outras que haviam estado noutros eventos congéneres da REAPN, isto é, praticamente resumiram o universo de medias (re)conhecidas ao RSI, aos abonos e às ajudas à habitação. Já a formação, fundamental para a integração na vida laboral, é sentida como escassa e sujeita às preferências de quem dela não necessita (ou então dela beneficia quem está mais próximo dos poderes locais). Neste âmbito, o programa Novas Oportunidades ainda não contempla a totalidade das participantes, embora a maioria nele esteja (ou vai estar a curto prazo) envolvida. Estas últimas sentem que não estão a perder tempo, embora o problema estrutural da falta de oportunidades de emprego as leve a questionar a efectiva utilidade da formação a que se encontram vinculadas. As mulheres que não estão envolvidas nas Novas Oportunidades identificam as responsabilidades familiares e o acompanhamento dos filhos menores como um sério entrave à frequência de cursos de formação. Entre as medidas de apoio social, o RSI é, de longe, a medida que as participantes entendem como a mais importante: 1) é geral o sentimento de injustiça na distribuição das quantias; 2) acham que o montante do RSI devia ser mais elevado para as

mulheres (clara percepção de vulnerabilidade acrescida em que se encontram e de desigualdade de oportunidades, além da sobrecarga de responsabilidades domésticas); 3) reconhecem que há casos de injustiça na atribuição do RSI através da participação na economia informal (ideia de que a ilegalidade pode acabar por compensar); 4) há quem proponha que o RSI seja complementado com vales para aquisição de produtos alimentares ou outros de primeira necessidade; 5) ideia de que as propostas de trabalho sugeridas pelas entidades competentes pela inserção no sector laboral devem ser compatíveis com as responsabilidades familiares; 6) embora defendam e aceitem a fiscalização, transparece um sentimento de que são alvo de perseguição.

Na sequência da troca de ideias acerca das perspectivas de futuro, é de destacar a crença de que cabe ao Estado tratar de garantir as oportunidades e condições para melhorar a vida das pessoas, manifestando, ao mesmo tempo, um sentimento de impotência e de pessimismo quanto ao futuro do país e da região. Este sentimento é sustentado, em parte, pela preocupação com a escassez de empregos; pela constante exigência de habilitações académicas que as participantes, na sua maioria não detém; pela incompatibilidade entre as propostas de emprego e as preocupações e responsabilidades perante a família.

Em jeito de conclusão, importa apontar algumas notas e impressões finais. Constata-se que as mesmas participantes que afirmam abertamente que “vão à luta”, que reivindicam e reclamam melhor serviço e atenção são as que manifestam melhor imagem dos serviços da Segurança Social e que mais sentem o apoio dos técnicos. De salientar, igualmente, a referência por parte de algumas participantes, da existência de dinâmicas associativas de bairro (que se percebeu remeter para a intervenção em parceria e rede) referidas pela próprias como exemplo de casos positivos de integração e luta contra a exclusão. Por outro lado, foi unânime a noção de que, embora necessária, a fiscalização do RSI era posta em prática de forma excessiva e quase em moldes persecutórios. A par das medidas de apoio de que beneficiam, seja da parte da Segurança Social, seja dos municípios, seja dos serviços de saúde, ficou clara a importância da retaguarda e redes familiares.

Conclusões redigidas pelo Relator do Encontro: Pedro Gabriel Silva (Docente e investigador da UTAD)